

# 1

## Ideologias e cenário político: O Início do século XX

### 1.1

#### A Primeira Guerra Mundial

Três décadas – de 1884 a 1914- separam o século XIX – que terminou com a corrida dos países europeus para a África e com o surgimento dos movimentos de unificação nacional na Europa – do século XX, que começou com a Primeira Guerra Mundial. É o período do Imperialismo, de quietude estagnante na Europa e dos acontecimentos empolgantes na Ásia e na África. Certos aspectos fundamentais dessa época assemelham-se tanto aos fenômenos totalitários do século XX que se poderia considerar esse período como estágio preparatório para as catástrofes vindouras. Por outro lado, sua calma faz com que pareça ainda parte integrante do século XIX. (Arendt, 1989, p.153)

O período de transição entre os dois séculos apontados por Hannah Arendt é de grande importância para aqueles que pretendem estudar as ideologias que se estruturaram e ganharam força no século XX. O imperialismo garantia o pleno desenvolvimento e expansão de domínios das grandes potências que tinham na industrialização sua força motriz. Na verdade, na segunda metade do século, tanto o industrialismo quanto a circulação de mercadorias se encontravam plenamente consolidados em todo mundo. No entanto, o primeiro conflito armado em escala realmente mundial veio desfazer definitivamente a ilusão de um mundo estável.

(...) a explosão de 1914 e suas graves conseqüências de instabilidade haviam destruído a fachada do sistema político – o bastante para deixar à mostra o seu esqueleto. Ficou visível o sofrimento de um número cada vez maior de grupos de pessoas às quais, subitamente, já não se aplicavam as regras do mundo que as rodeava. (Arendt, 1989, p.300)

O evento traumático da guerra foi uma conseqüência direta das ambições imperialistas e dos movimentos de unificação na Europa, onde as nações do centro e leste lutavam pelo direito de também possuírem colônias, reivindicando os

mesmos direitos expansionistas de países como França e Reino Unido, e considerando inclusive a expansão de seus domínios dentro do próprio continente europeu caso não lhes fosse assegurado o direito à expansão ultramarina. Além disso, as próprias características do conflito eram inéditas para os que o viveram, já que se tratava da primeira guerra totalmente mecanizada da história. Os resultados práticos dessa nova forma de combate se refletiram no imenso número de baixas. Uma característica marcante da Primeira Guerra Mundial foi a de ser um conflito onde as forças em disputa lutaram até a exaustão, sem espaço para acordos diplomáticos. Ainda mais estranha foi a ausência de diferenças ideológicas, pois ao menos essas poderiam servir de justificativa para os esforços incansáveis na destruição dos opositores. Ao contrário das guerras anteriores, que possuíam normalmente objetivos específicos, a Primeira Guerra Mundial tinha como motivação metas ilimitadas, afinal a rivalidade entre as potências se dava em torno do crescimento e competição econômicos em um sistema industrialista onde “a política e a economia se haviam fundido. A rivalidade política internacional se modelava no crescimento e competição econômicos, mas o traço característico disso era precisamente não ter limites.” (Hobsbawm, 1994, p.37)

O expansionismo econômico parece dar um sentido melhor a tudo que aconteceu, uma vez que não poderia existir para as nações em franco desenvolvimento da atividade industrial a possibilidade de diminuição, estagnação ou retrocesso de suas ambições, pois o modelo industrialista trabalha com o conceito de aumento de produção e de mercado constantes. Essa política de expansão como objetivo permanente é uma característica central do imperialismo. Tratava-se de um conceito relativamente novo dentro da história da ação política, inclusive porque possuía acima de tudo características econômicas, já que essa expansão visava o permanente crescimento da produção industrial e das transações comerciais. Do ponto de vista econômico, a expansão significava o aumento de um mercado consumidor, que garantia portanto o aumento de bens a serem consumidos.

O imperialismo surgiu quando a classe detentora da produção capitalista rejeitou as fronteiras nacionais como barreira à expansão econômica. A burguesia ingressou na política por necessidade econômica: como não desejava abandonar o sistema capitalista, cuja lei básica é o constante crescimento econômico, a burguesia tinha de impor essa lei aos governos, para que a expansão se tornasse o objetivo final da política externa. (Arendt, 1989, p.156)

Certamente durante algum tempo a competição entre as nações por mercados demonstrou certo grau de equilíbrio, que no entanto não correspondia aos resultados das leis econômicas, pois ao contrário dessas, a estrutura política não podia se expandir infinitamente pois não se baseia na capacidade ilimitada de expansão da produção.

Os resultados da guerra começaram a surgir antes mesmo de seu fim. A Rússia se retirou do confronto ainda em 1917 por conta de uma revolução que sacudiu seu território. A Alemanha havia sido derrotada, a Áustria-Hungria também ruiu. Mas as conseqüências foram danosas também para os vencedores, que viram suas economias entrarem em colapso. Com exceção dos Estados Unidos que tiraram grandes lucros com o conflito, França e Grã-Bretanha se encontravam em grandes dificuldades, a primeira por ter sofrido pesadas perdas humanas no período, e a segunda por ter consumido mais recursos econômicos do que poderia suportar.

Para que fossem evitados novos conflitos, as nações vencedoras decidiram impor à Alemanha pesadas penas com o objetivo de mantê-la permanentemente enfraquecida. A Rússia, mergulhada na revolução bolchevique, foi esquecida pelo resto da Europa, amedrontada com a possibilidade de terem reflexos da revolução em seus territórios. A redistribuição do território europeu em novos Estados não garantiu a estabilidade esperada na região, e o clima de insatisfação era grande não apenas entre as nações derrotadas.

### 1.11

#### A crise econômica de 1929

A inflação destruiu toda a classe de pequenos proprietários a ponto de não lhes deixar esperança de recuperação, o que nenhuma crise financeira havia feito antes de modo tão radical. O desemprego, quando veio, atingiu proporções fabulosas, sem se limitar às classes trabalhadoras, mas alcançando nações inteiras, com poucas exceções. As guerras civis que sobrevieram e se alastraram durante os vinte anos de paz agitada não foram apenas mais cruéis e mais sangrentas que as anteriores: foram seguidas pela migração de compactos grupos humanos que, ao contrário dos seus predecessores mais felizes, não eram bem-vindos e não podiam ser assimilados em parte alguma. (Arendt, 1989, p.300)

O cenário mundial configurado ao final da Primeira Guerra não permitia um retorno à estabilidade anterior. Além da devastação causada principalmente no continente europeu, o mundo se via diante de uma guerra civil na Rússia, que caminhava em direção a um regime comunista, e a instabilidade política dentro dos recém criados Estados do velho continente. A reordenação do espaço geográfico e político europeu não era uma garantia de retomada da estabilidade.

A Primeira Guerra Mundial devastou apenas parte do Velho Mundo, sobretudo na Europa. A revolução mundial, o aspecto mais dramático do colapso da civilização burguesa do século XIX, espalhou-se mais amplamente: do México à China e, em forma de movimentos de libertação coloniais, do Magreb à Indonésia. Contudo, seria fácil encontrar partes do globo cujos cidadãos tivessem ficado distantes de ambos, notadamente os Estados Unidos da América, assim como grandes regiões da África colonial central e setentrional. Mas a Primeira Guerra Mundial foi seguida por um tipo de colapso verdadeiramente mundial, sentido pelo menos em todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado. Na verdade, mesmo os orgulhosos EUA, longe de serem um porto seguro das convulsões de continentes menos afortunados, se tornaram o epicentro deste que foi o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos – a Grande Depressão do entreguerras. Em suma: entre as guerras, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar. Ninguém sabia exatamente como se poderia recuperá-la. (Hobsbawm, 1994, p.91)

A economia mundial ensaiou um crescimento em 1920, mas caminhou mais lentamente nos anos seguintes até a crise total em 1929. O fluxo de capital de empréstimos internacionais caiu drasticamente entre 1927 e 1933. Antes, por volta de 1922, a necessidade de intervenção governamental para combate à inflação arrasou as reservas das classes média e média baixa por conta das grandes desvalorizações. Apesar da relativa estabilidade, os índices de desemprego eram muito superiores aos registrados antes de 1914, e apenas os Estados Unidos apresentavam índices razoáveis, já que a economia do país funcionava de forma plena e crescente. Mas o aparente “boom” econômico era o prelúdio da grande crise que se desenhava.

A internacional Comunista tinha de fato previsto outra crise econômica no auge do ‘boom’, esperando que ela – ou assim acreditavam, ou diziam acreditar seus porta-vozes – levasse a um novo lote de revoluções. Na verdade, produziu o contrário a curto prazo. Contudo, o que ninguém esperava, provavelmente nem mesmo os revolucionários em seus momentos mais confiantes, era a extraordinária universalidade e profundidade da crise que começou, como mesmo não historiadores sabem, com a quebra da Bolsa de Nova York em 29 de outubro de 1929. Equivaleu a algo muito próximo do colapso da economia mundial, que agora parecia apanhada num círculo vicioso, onde cada queda dos indicadores econômicos (fora o desemprego, que subia a alturas sempre mais astronômicas) reforçava o declínio em todos os outros. (Hobsbawm, 1994, p.95)

A onda de choque que se seguiu atingiu em cheio as nações industrializadas, em um segundo grau as nações de economia agrícola, onde a população, em sua maioria rural, poderia ao menos sobreviver de uma agricultura de subsistência. No caso das primeiras, onde a industrialização havia gerado uma enorme população urbana e vivendo de trabalho assalariado, o resultado imediato só poderia ter sido o de um enorme aumento no índice de desemprego, que no período mais crítico da crise, que foi de 1932 a 1933, gerou números da ordem de 22% na Inglaterra, 27% nos Estados Unidos, chegando até 44% da força de trabalho na Alemanha, que sofreu mais um forte impacto depois da guerra, principalmente quando teve retirado de circulação o dinheiro dos empréstimos que faziam sua frágil economia funcionar.

Uma consequência da crise nas economias locais, foi o declínio das atividades de comércio mundial, enquanto cada país buscava aumentar as barreiras na tentativa de proteger seus mercados das instabilidades internacionais, e onde através de subsídios aos mais variados setores da economia buscavam equilibrar seus setores produtivos. A busca por contrapartidas sociais aos efeitos da crise buscava afastar das

sociedades a influência e a pressão exercidas pela extrema esquerda, ou mesmo da direita, que buscavam ocupar seu espaço político. De fato, o único país que não foi afetado pela Grande Depressão foi a União Soviética. Ao contrário dos outros, seus índices de crescimento industrial e econômico eram notáveis. Tampouco existia desemprego, o que levou uma enorme quantidade de economistas e políticos a voltarem seus interesses para os “Planos Quinquenais” de Stalin, tornando populares as idéias de planejamento e estabelecimento de metas econômicas em todo o mundo.

Hobsbawm fala das complicações políticas que ilustram o panorama difícil do colapso econômico, e destaca dois aspectos econômicos como sendo os mais importantes.

O primeiro vê basicamente um impressionante e crescente desequilíbrio na economia internacional, devido à assimetria de desenvolvimento entre os EUA e o resto do mundo. O sistema mundial, pode-se argumentar, não funcionou porque, ao contrário da Grã-Bretanha, que fora o centro antes de 1914, os EUA não precisavam muito do resto do mundo, e portanto, outra vez ao contrário da Grã-Bretanha, que sabia que o sistema de pagamentos mundiais se apoiava na libra esterlina e cuidava para que ela permanecesse estável, os EUA não se preocupavam em agir como estabilizador global. Não precisavam muito do mundo porque, após a Primeira Guerra Mundial, tinham que importar menos capital, trabalho e (em termos relativos) produtos do que nunca - com exceção de algumas matérias-primas.

A segunda perspectiva da Depressão se fixa na não-geração, pela economia mundial, de demanda suficiente para uma expansão duradoura. (Hobsbawm, 1994, p.103)

Os efeitos políticos da Grande Depressão foram no entanto muito mais duradouros e tiveram um impacto ainda mais decisivo, pois tornou impossível qualquer tentativa de restauração da ordem econômica e social do século XIX. O liberalismo havia perdido sua credibilidade, e mostrava-se incapaz de responder aos anseios da sociedade. Segundo Hobsbawm, três opções competiam agora pela hegemonia intelectual-política.

O comunismo marxista era uma. Afinal, as previsões do próprio Marx pareciam estar concretizando-se, como a Associação Econômica Americana ouviu em 1938, e, de maneira ainda mais impressionante, a URSS parecia imune à catástrofe. Um capitalismo privado de sua crença na otimização de livres mercados, e reformado por uma espécie de casamento não oficial ou ligação permanente com a moderada social-democracia de movimentos trabalhistas não comunistas era a segunda, e, após a Segunda Guerra Mundial, mostrou-se a opção mais efetiva (Hobsbawm, 1994, p.111).

A terceira alternativa era o fascismo, que se difundiu mundialmente graças à Depressão. O modelo fascista alemão, por exemplo, foi capaz de limitar os impactos da crise econômica de forma bastante eficiente, controlando o desequilíbrio da economia interna e reduzindo de forma significativa os índices de desemprego. O modelo político e social construído pela sociedade liberal burguesa durante o século XIX mais do que nunca passou a ser questionado, de forma cada vez mais contundente, até chegar finalmente em seu completo colapso.

## 1.12

### A instabilidade econômica e a crise do liberalismo

De todos os fatos da Era da Catástrofe, os sobreviventes do século XIX ficaram talvez mais chocados com o colapso dos valores e instituições da civilização liberal cujo progresso seu século tivera como certo, pelo menos nas partes ‘avançadas’ e ‘em avanço’ do mundo. Esses valores eram a desconfiança da ditadura e governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e assembléias representativas livremente eleitos, que garantissem o domínio da lei; e em conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião. O Estado e a sociedade deviam ser informados pelos valores da razão, do debate público, da educação, da ciência e da capacidade de melhoria (embora não necessariamente de perfeição) da condição humana. (Hobsbawm, 1994, p.114)

No entanto, o liberalismo pareceu ir se retirando aos poucos do cenário político e social do início do século, e em um ritmo ainda mais acelerado depois da chegada de Adolf Hitler ao poder na Alemanha no ano de 1933, quando este se tornou chanceler. Nesse período a maior ameaça às instituições liberais partia dos movimentos políticos de direita, já que, com a chegada de Stalin ao poder, a URSS não tinha mais o interesse de expandir o comunismo, e os movimentos de esquerda perderam muito de sua capacidade de ação após a guerra.

Hobsbawm fala do potencial dos movimentos de direita de ameaçarem o domínio do liberalismo como um movimento mundial e comenta a utilização do rótulo de “fascismo”, que considera por um lado “insuficiente” por não terem sido todas as forças responsáveis pela derrubada dos regimes liberais ideologias fascistas, mas “relevante” por terem sido os movimentos fascistas da Itália e da Alemanha grandes fontes de inspiração para outros movimentos antiliberais, dando à direita internacional “um senso de confiança histórica”, e um sentido de “onda do futuro”.

A ascensão da direita radical após a Primeira Guerra mundial foi sem dúvida uma resposta ao perigo, na verdade à realidade, da revolução social e do poder operário em geral, e à Revolução de Outubro e ao leninismo em particular. Sem esses, não teria havido fascismo algum, pois embora os demagógicos ultradireitistas tivessem sido politicamente barulhentos e

agressivos em vários países europeus desde o fim do século XIX, quase sempre haviam sido mantidos sob controle antes de 1914. (Hobsbawm, 1994, p.127)

No entanto, o autor destaca que a idéia de que os movimentos de direita foram uma simples reação ao bolchevismo subestima a importância e influência da Primeira Guerra Mundial para uma geração de soldados e jovens nacionalistas. “Como vimos, a Primeira Guerra Mundial foi uma máquina que brutalizou o mundo, e esses homens se regozijaram com a liberação de sua brutalidade latente.” (Hobsbawm, 1994, p.128).

A existência desses movimentos de direita nacionalista já era conhecida antes da guerra, mas os grupos extremistas não tinham força suficiente para gerar influências mais diretas. A oportunidade para os movimentos antiliberais veio após a Primeira Guerra Mundial, quando as estruturas políticas dos antigos regimes e suas classes dominantes entraram em declínio. Nas nações onde o poder das classes dominantes não foi afetado, ou em países que já possuíam grupos políticos reacionários no poder, também não ocorreram mudanças.

As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada era um Estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realizá-la ; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918-20. Essas eram as condições sob as quais as velhas elites governantes desamparadas sentiam-se tentadas a recorrer aos ultra-radicais, como fizeram os liberais italianos aos fascistas de Mussolini em 1920-22, e os alemães aos nacional-socialistas de Hitler em 1932-33. (Hobsbawm, 1994, p.130)

Apesar do radicalismo desses grupos, que chegaram a criar verdadeiras milícias e dos grupos paramilitares, em nenhum dos dois países, na Itália ou mesmo na Alemanha, eles alcançaram o poder através de meios violentos. Ao contrário, o fizeram através de meios constitucionais, e com a concordância dos regimes antigos, apesar de não aceitarem as regras políticas anteriores, buscando sua hegemonia através da eliminação sistemática de qualquer oposição que pudessem sofrer.

## 1.2

### A sociedade brasileira no início do século

“O povo assistiu bestializado à Proclamação da República”, escrevia o republicano histórico Aristides Lobo, ministro do Interior do Governo Provisório do novo regime, poucos dias depois de seu advento. Essa atitude do povo era perfeitamente compreensível, pois a República nada mais foi, uma vez ainda, do que uma nova composição das classes dominantes. É mister recordar que no fim do Império, como vimos, parte dela permanecia ligada à velha estrutura colonial e escravocrata, ansiando a outra por reformas que o antiquado e emperrado aparelho do Estado monárquico não lhe podia ou acreditava não lhe poder dar. (Costa, 1989, p.47)

O Brasil iniciava o século com um governo republicano dominado por uma aristocracia que havia buscado o poder e o controle definitivo do aparelho do Estado. Estavam ligados a outras atividades econômicas, principalmente a cultura do café. Também a classe média, com uma forte base dentro das forças armadas, buscava alianças no intuito de encontrar seu espaço na política nacional. Nesse sentido, a construção do novo regime constituiu-se muito mais de um arranjo da burguesia com setores da elite rural do que um processo revolucionário.

Embora sobre bases conservadoras, a República buscou delinear um novo quadro político para o país, e principalmente econômico, onde se buscava um modelo de produção em larga escala de matérias-primas com objetivos de exportação. Incrementos nas relações de comércio exterior, a abolição do trabalho escravo e a chegada de imigrantes buscavam tornar, junto com novas técnicas de produção, cada vez mais dinâmica e eficiente a produção do café, então principal produto de exportação brasileiro.

Apesar da aparente tranquilidade na transição entre os dois regimes, a consolidação do modelo político republicano passou por momentos de conflitos, com focos de oposição no Pará e no Rio Grande do Sul, até conseguir uma maior estabilidade. O regime que havia sido implantado no ano de 1889, começou a delinear melhor sua estrutura com o advento da Constituição de 1891. Com inspiração na constituição norte-americana, o código de leis brasileiro estabelecia um regime político republicano, presidencialista e

federativo. Portanto o Presidente como chefe de Estado possuía amplos poderes, mas dava aos estados a autonomia típica das federações, ao menos em teoria.

Na prática, a nova configuração republicana garantia à elite cafeeira total domínio político, dando espaço finalmente para a corrente oligárquica que era defensora da descentralização política. O interesse da aristocracia rural sempre foi o de reduzir a influência e a atuação do poder central, e com isso aumentar a força de seu poder local. O poder desses grupos cresceu de tal maneira, que os estados possuíam autonomia para contraírem empréstimos, cobrar impostos de exportação, criar barreiras fiscais interestaduais, e mesmo terem suas próprias forças armadas. Muitas das características descentralizadoras da Constituição tiveram forte influência dos grupos do Rio Grande do Sul, que foram os mesmos que se revoltaram, juntamente com os paraenses, quando da tentativa de golpe de Deodoro, que diante das tensões decidiu renunciar, dando lugar ao Marechal Floriano Peixoto, seu Vice-Presidente.

Mas a oligarquia buscava afastar os militares do poder, principalmente depois que a República dava sinais de uma consolidação mais definitiva.

Assim, com o governo civil que sucede a Floriano, termina a crise da Primeira República. A classe dos senhores rurais, sob o comando da fração de plantadores e exportadores de café, voltava agora, renovada, ao poder. A estes reuniam-se os políticos do velho regime, que não tomavam parte direta no poder, mas que agora se faziam homens de negócio, presidentes de companhias, diretores de bancos, chefes ou prepostos de grupos econômicos. Refazia-se e consolidava-se com novo espírito aventureiro a ala mais vigorosa da antiga classe dominante. E esta Segunda República, em que o café é o rei, duraria trinta e seis anos, sofrendo a sua primeira contestação em 1922 e ainda por parte de jovens militares não adequadamente politizados – os tenentes – e só se apagaria em outubro de 1930. (Costa, 1989, p.70)

O paulista Prudente de Moraes, eleito o primeiro presidente civil do país, iniciou seu mandato com dois objetivos diretos, sendo o primeiro o afastamento dos militares do cenário político, e o outro, negociar o fim das revoltas no Rio Grande do Sul. Outra questão importante era a administração dos problemas econômicos que se acumulavam desde a monarquia. Seu sucessor, Campos Salles, foi o responsável pela chamada “política dos governadores”, onde o poder do presidente unia forças com o poder das oligarquias estaduais. Salles e sua política econômica conservadora foram responsáveis pela frustração dos setores produtivos que buscavam, apesar de todas as precariedades, um maior

desenvolvimento das atividades industriais no país. Ao contrário, preferiu valorizar a exportação de bens primários e a importação de produtos industrializados de outros países. A concentração das atividades econômicas do país na agricultura de exportação serviu para fortalecer cada vez mais o poder e a influência da oligarquia cafeeira, seguindo seu ritmo de expansão no governo seguinte, de Rodrigues Alves.

Café e borracha sustentavam a economia brasileira, cujas finanças começaram a ser saneadas no governo de Campos Salles. A safra de café de 1905-1906 atingira 22 milhões de sacas, o que vinha a dar, na época, um excedente de 16 milhões de sacas e, assim, a baixa do preço. Os cafeicultores, em pânico, pleitearam então do governo federal medidas protetoras. Reunidos na cidade paulista de Taubaté, os estados produtores de café (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) firmaram um convênio de valorização do café que outra coisa não era senão uma espécie de instrumento de ‘socialização’ dos prejuízos que a classe poderia ter com a venda, a preços baixos, do produto... O expediente desse instrumento seria renovado e havia de concorrer também para a derrocada da República do café em 1930.

(Costa, 1989, p.76)

A tentativa das oligarquias de uma intervenção na economia com o objetivo de amortecerem seus prejuízos, aumentando os preços internacionais do café fracassou, pois o presidente, apesar de ser também cafeicultor, recusou apoio por já estar comprometido com o maior credor brasileiro, o Banco Rothschild. Seu desgaste político com as oligarquias teve como resultado a derrota de seu candidato para Afonso Pena, favorável a uma maior intervenção do governo nas questões do café, mas também preocupado com a criação de parques industriais, a construção de linhas férreas e a modernização de portos. Seu governo durou quatro anos, pois faleceu antes do término do mandato, e foi substituído pelo vice-presidente Nilo Peçanha, cujo governo durou 17 meses, e que se desenvolveu dentro de certa normalidade, sendo perturbado apenas pela sucessão presidencial, quando Peçanha apoiou abertamente a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra de Afonso Pena e sobrinho do fundador da República, o marechal Deodoro. A posição de Peçanha acabou por dividir as oligarquias em dois grupos, uma “militarista”, apoiando o nome de Hermes, e outra, cujo nome de campanha tornou-se conhecido como “civilismo”, que apoiava a candidatura do Conselheiro Rui Barbosa. A oposição entre os dois grupos era um sinal de divisão dentro das oligarquias pressagiando o início de seu declínio.

Na oposição “civilismo”, representado por Rui Barbosa, o jurista culto e erudito, e “militarismo”, representado pelo marechal Hermes da Fonseca, o militar inculto e bronco,

origina-se, a meu ver, um longo, paradoxal e complexo processo de idéias que conduzirá ao fenômeno político do ‘tenentismo’ de 1922 e aos ‘ideais’ dos burgueses liberais, ditos ‘progressistas’, que prepararam a revolução de outubro de 1930. Oposição que é menos profunda do que se pode talvez crer, mas que, a partir de então, germinaria para eclodir, tão confusa quanto é a sua própria origem, na “Aliança Liberal” que antecede à revolução que levará Vargas ao poder. (Costa, 1989, p.78)

A eleição realizada em 1º de março de 1910 mostrou um bom desempenho de Rui Barbosa nos grandes centros, mas seu opositor contou com o apoio da máquina governamental, que assegurou vitórias importantes em Minas e no Norte, o que foi decisivo para a vitória de Hermes da Fonseca. Seu governo foi marcado por grande instabilidade política, de confrontos entre os setores das oligarquias, e de revoltas em várias regiões do país. Três meses antes do final de seu mandato, eclodiu a Primeira Guerra Mundial, que gerou mudanças profundas em todo o cenário político e econômico mundial.

O governo de Venceslau Brás sucedeu o de Hermes da Fonseca com o mundo mergulhado na Primeira Guerra, e permitiu uma maior estabilidade às oligarquias, que viviam até então um período de crise. A guerra que atingiu em cheio a Europa trouxe grandes oportunidades de negócios para o país, já que algumas das nações envolvidas no confronto buscavam recursos e produtos que lhes faltavam. O resultado imediato foi um rápido crescimento industrial, inclusive porque o Brasil não poderia mais importar produtos dos países europeus destruídos pela guerra. O surgimento e desenvolvimento das atividades industriais no país foram reflexo de um período de grande prosperidade, onde também se observou um grande crescimento do operariado, responsável pelas primeiras manifestações explícitas de simpatia pelo socialismo e pelas greves, em grande parte coordenadas por operários estrangeiros.

A sucessão de Venceslau Brás iria trazer mais um nome de São Paulo. Foi eleito Epitácio Pessoa, paraibano, primeiro nordestino a comandar a nação. Sua escolha foi uma surpresa, pois se tratava de um nome que estava fora do tradicional dueto São Paulo/ Minas Gerais. Mesmo assim buscou uma relação amistosa com os dois estados e mais o Rio Grande do Sul, que buscava apoiar candidatos que não fossem paulistas ou mineiros.

A prosperidade que havia sido gerada durante a Grande Guerra perdia força, pois a Europa reconstruía rapidamente suas indústrias desde o final do conflito e reduzia cada vez

mais as compras de produtos brasileiros, gerando uma queda nas exportações e grandes preocupações para os industriais e cafeicultores.

A sucessão de Epitácio Pessoa trouxe para a presidência o nome do mineiro Artur Bernardes, vencendo o candidato Borges de Medeiros, político influente do Rio Grande do Sul.

Já quase no fim do período presidencial de Epitácio Pessoa, em julho de 1922, estalavam, em virtude de violência que assumira a campanha, envolvendo militares, o levante do Forte de Copacabana, o primeiro de uma série de levantes e de revoluções que somente terão fim em outubro de 1930.

Revelam-se agora novas forças econômicas agindo no quadro brasileiro. O imperialismo do após-guerra tomara novas feições, e os Estados Unidos partiam para a coleta dos lucros, acelerando-se o alistamento nas antigas áreas coloniais, como a América do Sul, dos capitais ingleses, franceses, alemães e holandeses, e a sua substituição – ou composição – pelos capitais ianques. A maneira de agir do imperialismo varia: a mais utilizada é a do estabelecimento de indústrias estrangeiras no mercado interno. (Costa, 1989, p.83)

Apesar da aparente vantagem para os países que recebiam essas indústrias, na verdade o maior objetivo com essa ação era evitar as barreiras tarifárias e o aproveitamento de uma mão-de-obra mais barata. O segundo caso se refere às indústrias que buscam proximidade das matérias-primas que utilizavam. Quanto ao café, ainda sofria com as oscilações da produção, e os excessos de produção vinham acompanhados de medidas reguladoras que dividiam os prejuízos, prejudicando as camadas menos favorecidas da população e as regiões que não eram ligadas diretamente à economia de exportação, como era o caso do Rio Grande do Sul e o Norte do país.

A sociedade brasileira, na década dos anos vinte, apresentava alterações significativas em função de modificações nas forças produtivas. Isto se refletia no campo político sob os mais variados aspectos, apresentando um fundo comum de rebeldia. A classe operária não havia ainda alcançado consciência de sua condição, e o seu recrutamento no campo era responsável em muito por uma deficiência dessa natureza. No campo residia o cerne do atraso brasileiro, e enquanto as populações submetidas a relações de semi-servidão não acordassem para a vida política, a transferência de uma zona geográfica a outra, seriam vistas sob os seus aspectos superficiais e demorariam em alterar a consciência de seus componentes. Mas a classe média reagia de maneira muito diferente, e as suas reações é que vão pontilhar os acontecimentos e sinalizar as mudanças por que o Brasil passa naquela época. O papel que o positivismo havia desempenhado nos fins do século anterior, ganhando inclusive amplas camadas ativas da classe média, viria a ser representado,

agora, por um reformismo, a que o grupo militar daria expressão de força em sucessivos e desencontrados pronunciamentos. (Costa, 1989, p.84)

Rebeliões e levantes aconteciam em várias partes do país, incluindo o Rio Grande do Sul, onde a oposição havia se rebelado contra o presidente do estado Borges de Medeiros. Dentro desse cenário a política do ‘café com leite’, onde as oligarquias de Minas e São Paulo coordenavam o jogo político, preparavam a sucessão de Artur Bernardes, indicando o nome do então presidente do estado de São Paulo Washington Luís. Muita expectativa foi gerada em torno de seu nome, uma vez que havia administrado a região mais próspera do país, o maior centro industrial da América do Sul.

Ao contrário de Artur Bernardes, que vivera fechado no palácio da presidência no Rio de Janeiro, o Catete, logo depois que assumiu o governo, mostrava-se nas ruas, passeando a pé pela Avenida Rio Branco. Suspendera o estado de sítio e granjeava certa popularidade. Chegara à presidência sem disputas e teria contribuído para a paz política se houvesse concedido anistia aos revolucionários do tempo de Epitácio Pessoa e de Artur Bernardes. Mas recusou-a talvez por solidariedade a seu antecessor ou em virtude de seu feitio autoritário. De seu Ministério, formado por líderes de bancadas estaduais na Câmara Federal - reflexo ainda da política de governadores inaugurada por Campos Salles – fazia parte, como ministro das Finanças, o deputado riograndense do sul, Getúlio Dornelles Vargas. (Costa, 1989, p.87)

Apesar do aparente clima de estabilidade, qualquer possibilidade de tempos mais tranquilos se desfez quando a Crise Econômica de 1929 abalou toda a economia mundial, incluindo a brasileira, e servindo para acirrar de forma profunda as diferenças existentes desde muito entre as oligarquias ao gerar mais uma crise no comércio de café. As divergências não estavam apenas localizadas dentro da elite agrária, mas também nos diferentes setores da classe média, pressionada pela alta concentração de renda e de socialização dos prejuízos. A quebra da Bolsa de Nova Iorque atingiu em cheio a economia nacional totalmente baseada na produção cafeeira, que viu rapidamente o preço do produto despencar. O apoio à ‘política café com leite’ tornava-se cada vez mais frágil, uma vez que o empobrecido estado de Minas Gerais encontrava-se em uma posição cada vez mais desigual dentro do jogo econômico, e que as instabilidades políticas no Rio Grande do Sul e nos estados do nordeste ainda afetavam a solidez da federação.

Uma vez ainda iria funcionar, no entanto, a velha prática manipuladora das sucessões presidenciais, cuja alavanca

principal estava no palácio do Catete, o presidente da República. Assim, foi indicado para suceder a Washington Luís o ex-chefe do governo do Estado de São Paulo, Júlio Prestes, que ocupava então o posto de líder do governo na Câmara Federal. (Costa, 1989, p.89)

### 1.3 Revolução de 1930

Ao final do ano de 1929, os reflexos da crise econômica eram evidentes. O número de desempregados era grande, conseqüência do fechamento de empresas em São Paulo e no Rio de Janeiro. As que conseguiam sobreviver, processavam demissões em massa, e reduziam os turnos de trabalho. Os trabalhadores que tiveram a sorte de preservar seus empregos sofriam com imensas reduções de salário. Tanto os trabalhadores das cidades como os do campo sofreram com a vertiginosa queda na cotação do café, lastro da economia nacional.

Em 1929, quando a crise surge concretizada na queda da Bolsa de Nova York, a derrocada econômica da burguesia cafeeira alastra-se na direção do seu domínio político. Perante a depressão, que se estende a todos os setores da sociedade, os descontentamentos com a estrutura de Estado avolumam-se, incluindo-se entre os insatisfeitos os próprios elementos que sustentam o regime, visto que este se mostra incapaz de deter o processo de crise. Washington Luís, que fora eleito em 1926, ocupando a vez de São Paulo no rodízio do poder, agrava a situação com a proposta da candidatura ao poder de outro paulista, Júlio Prestes, o que rompe com o débil equilíbrio político existente. A oposição organiza-se em torno do Rio Grande do Sul, apoiado pelo Partido Republicano Mineiro, que se torna dissidente do pacto e, em 20 de Setembro de 1929, a recém-formada Aliança Liberal oficializa a candidatura à presidência de Getúlio Dornelles Vargas, um gaúcho, tendo como vice-presidente, João Pessoa, governador do Estado da Paraíba. (Paulo, 1994, p.44)

Portanto as eleições de 1º de março de 1930 trariam a disputa do candidato da situação e a oposição formada por oligarcas descontentes e apoiada pelas classes médias urbanas e pelos jovens oficiais militares. Mas o resultado das urnas confirmou, embora como sempre sob a suspeita de fraude, a vitória de Júlio Prestes dando continuidade ao sistema da política dos governadores. A oposição se dividia entre aceitar o resultado ou partir para uma revolução, e o pretexto para ela surgiu quando em Recife o candidato derrotado à vice-presidência João Pessoa foi assassinado a tiros quando conversava com amigos em frente a uma confeitaria. O crime na verdade estava relacionado a questões de disputas familiares locais, mas para a oposição ao governo eleito tratava-se de uma excelente oportunidade de se mobilizar.

O setor da oligarquia de oposição que buscava uma composição com o Governo Federal perdeu espaço para os que buscavam o caminho da ação revolucionária.

Em 3 de outubro de 1930 irrompia em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e logo no Norte, a revolução que fora várias vezes adiada. A coluna revolucionária do Norte, partindo do Estado da Paraíba sob o comando do major Juarez Távora, um dos antigos tenentes de 1922, varria diante de si os governos oligarcas do Norte brasileiro, atingindo rapidamente o Estado da Bahia. Do Sul partia outra coluna, mais numerosa, sob o comando do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que também, sem dificuldades, chegava rapidamente aos limites do Estado do Paraná com São Paulo, esperando-se então a famosa ‘ Batalha do Itararé’ (‘maior batalha da América do Sul...mas que não houve’, segundo a sátira de Murillo Mendes)...(Costa, 1989, p.93)

Percebendo que não existiria mais possibilidade de reação, os generais dos altos comandos no Rio de Janeiro buscavam junto aos revolucionários um acordo para o fim das hostilidades. Sem o apoio das forças armadas e sem o apoio da opinião pública, o Presidente Washington Luís não encontra outra alternativa senão abandonar o Palácio Guanabara, indo para a prisão no forte de Copacabana, já que se recusou a renunciar. Dali partiria para o exílio, enquanto os chefes militares formavam uma junta provisória. Os revolucionários exigiam que o poder do governo provisório fosse entregue a Getúlio Vargas para que as manobras militares fossem suspensas. Assim, no dia 24 de outubro, a Junta Governativa concorda em entregar o poder a Vargas, que em 3 de novembro, no Palácio do Catete, toma posse do Governo Federal. Dentro do grupo revolucionário no entanto, existiam grandes diferenças ideológicas que buscavam espaço dentro do governo provisório. Um ponto comum entre todos era a necessidade de eliminar o poder das oligarquias estaduais, e para isso defendiam uma sistemática centralização do poder.

Acentuava-se, porém, a cisão entre os revolucionários e os grupos políticos e econômicos poderosos do País, principalmente os de São Paulo, onde mais fortes eram a inquietação e a agitação, pois São Paulo, que perdera a hegemonia no plano federal, sentia-se presa dos revolucionários. E agora, os mais irritados antigetulistas eram precisamente os que haviam apoiado Getúlio Vargas e a revolução, os políticos do Partido Democrático, esbulhados do poder em proveito de interventores militares estranhos ao Estado. (Costa, 1989, p.99)

Mas a crise política se tornou mais intensa pois não apenas em São Paulo, como também em todo resto do país, as elites

regionais ficaram afastadas do centro de decisão do país. A maneira pela qual buscavam retornar ao centro do poder era defendendo a reconstitucionalização. Vargas buscava conciliar os interesses gerais nomeando comissões para a elaboração de um código eleitoral e um anteprojeto de Constituição marcado até a data das eleições, previstas para maio de 1933. No entanto a atitude do presidente foi interpretada como um sinal de fraqueza, o que levou no dia 9 de julho de 1932 à chamada 'revolução constitucionalista', organizada pelas oligarquias de São Paulo. No entanto, o apoio esperado por outros estados da federação não aconteceu. Os focos de apoio foram rapidamente neutralizados pelo Governo Federal, e mesmo a neutralidade de Minas Gerais não aconteceu. Depois de três meses de uma guerra de trincheiras contra as tropas do governo a revolução teve seu fim. "Derrotado o movimento e saneadas as oposições, o regime cede à idéia da "Campanha pela Constituinte" e a Assembléia Nacional Constituinte é finalmente instalada a 15 de Novembro de 1933." (Paulo, 1994, p.44) Assim, em 1934 o país recebe uma nova constituição, e Vargas consegue desgastar as forças de oposição e os possíveis conflitos que pudessem ressurgir.

O presidente Vargas, eleito pelo Congresso, com a experiência que tivera no poder discricionário, não tinha interesse em corrigir as falhas graves do Legislativo. Ao contrário, o desgaste progressivo das Câmaras abria-lhe novas perspectivas para uma radical transformação da estrutura do Estado. O fascismo e o nazismo davam a impressão de serem capazes de deter o natural avanço das conquistas democráticas, e exerciam então verdadeiro aguilhão para os cobiçosos do poder. (Costa, 1989, p.103)

A esquerda, constituída por um pequeno mas ativo grupo de duros do Partido Comunista, era então muito atenta à linha internacional dos soviets, sob a orientação de Stalin. Da luta entre os direitistas e os esquerdistas, assistida placidamente pelo governo – luta essa que amedrontava a burguesia – resultaria a intentona de 1935, que se constituiu de levantes nos estados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco e pelo assalto a quartéis do Rio de Janeiro. Em julho de 1935 o governo fechava a Aliança Nacional Libertadora, organização de esquerda, onde se congregavam todos os antifascistas, e iniciava uma forte repressão com apoio do Congresso. (Costa, 1989, p.104)

O sistema repressivo e de vigilância instaurados indicava os caminhos do que se tornaria prática comum no chamado "Estado Novo". O período de governo de Getúlio Vargas tinha previsão de término no ano de 1938, e já se articulavam duas candidaturas para o pleito, a de José Américo de Almeida, político do Norte, antigo ministro e revolucionário de 1930, e a do paulista Armando de Salles Oliveira,

partidário do ‘constitucionalismo’ de 1932 e antigo governador do estado de São Paulo. Ainda em 1937, o Partido Integralista Brasileiro lança o nome de seu líder, Plínio Salgado, como candidato.

A perspectiva do autoritarismo, já exposto nas intervenções do Governo desde a sua instauração, é vista pelo integralismo como a única saída para a crise geral da sociedade brasileira - reflexo da “decadência de valores do mundo ocidental”. O movimento brasileiro, inspirado no integralismo português de Antônio Sardinha, inicia-se em 1932, congregando elementos ligados ao pensamento católico conservador, do qual o maior representante é Jackson de Figueiredo, e a uma vertente nacionalista egressa do movimento modernista e da Semana de 1922, representada por Plínio Salgado, defensora de um nacionalismo extremado e antiliberal. Deste movimento fazem parte nomes como Gustavo Barroso, principal expressão da vertente católica do pensamento integralista, e Miguel Reale, teórico das estruturas políticas do futuro "Estado Integral". Esta noção é, contudo, postulada inicialmente por Plínio Salgado, chefe do Movimento. O "Estado Integral" seria, pois, fruto de uma "revolução integralista", que conduziria o país para uma ordem política e social autoritária, com base na hierarquia das classes, que coexistiriam sem a noção de "luta", guiadas pelo ideal da cooperação e, para alguns dos seus teóricos, inspiradas no "sindicalismo-corporativo-nacionalista." (Paulo, 1994, p.49)

No dia 10 de novembro de 1937, Getúlio, alegando o perigo de uma guerra civil devido às disputas políticas da eleição, e devido a um suposto plano comunista para a tomada do poder (chamado Plano Cohen), decide, para a manutenção da ordem vigente, implantar a ditadura do Estado Novo. Todo o clima de inquietação criado pelo governo, aliado ao desprestígio do Congresso, o medo da burguesia para com os movimentos comunistas e o crescimento de grupos de direita, serviram de motivadores para o golpe do governo.

Os liberais, alguns políticos, as velhas elites receberam o golpe de Vargas com um sentimento de revolta. As massas populares, com a tradicional indiferença, a mesma tradicional indiferença que, curiosamente, ainda há pouco, espantava um senador da República! A maioria da burguesia recebia o golpe com simpatia. Na noite de 10 de novembro, no Palácio Guanabara, o presidente Getúlio Vargas, cercado de correligionários e de amigos, lia, através de uma cadeia de rádio, a sua primeira proclamação. ‘Nos períodos de crise, como o que atravessamos’, dizia, ‘a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade da pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil. Acresce ainda notar que, alarmados pela atoarda dos agitadores profissionais e diante da

complexidade da luta política, os homens que não vivem dela, mas de seu trabalho, deixam os partidos entregues aos que vivem deles, abstendo-se de participar da vida pública, que poderia beneficiar-se com a intervenção dos elementos de ordem e de ação construtora. O sufrágio universal passa, assim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos'...Era o fim da 'democracia de partidos'. O Estado Novo – ditadura paternalista – tinha início. (Paulo, 1994, p.106)